A ponte para o futuro

ROBERTO RODRIGUES

A questão dos investimentos estrangeiros no campo brasileiro tem ainda muito de boas intenções e pouca objetividade. Fatores ligados ao custo Brasil (sobretudo custos de logística, tributação e custos financeiros), à política cambial e às regras do comércio internacional continuam inibindo a vinda de capitais para cá.

O presidente da França, Jacques Chirac, passou pelo Brasil como um foguete e falou claramente da necessidade de melhorar as relações comerciais de seu país com o nosso, na área agrícola. E deu o mote: "a produção mundial de comida deverá dobrar em 25 anos, e o Brasil é um dos poucos países com fronteira para atender a essa demanda". Palavras à parte (até porque a França é campeoníssima de subsídios a seus agricultores, o que na verdade reduz as chances de ampliar nossas exportações para lá), Chirac já programa para o final deste ano um evento para discutir reais possibilidades de mexer no intercâmbio.

Há um impressionante fluxo de empresários e líderes oficiais de outros países procurando parcerias brasileiras.

O interesse do presidente francês não é gratuito. Há um impressionante fluxo de empresários e líderes oficiais de outros países procurando parcerias brasileiras. Várias delegações de chineses buscam acordos que lhes garantam suprimento alimentar para o futuro, dado o crescimento do poder aquisitivo de seu povo e conseqüente aumento de demanda de alimentos. Mais recentemente, empresários coreanos de grande porte estão sondando as possibilidades de investir na economia primária em nosso país.

O governo brasileiro está negociando com o japonês, através da Campo, uma terceira fase do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer). Trata-se de um excelente acordo, pelo qual a Campo — uma binacional de propriedade da Brasagro, *holding* brasileira mista com 51% do capital da Campo, e da Jadeco, empresa japonesa com 49% do capital — já promoveu a abertura de mais de 300 mil hectares de cerrado em Minas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Maranhão, mediante o assentamento de agricultores selecionados por cooperativas preexistentes. É um modelo que chama a atenção pelo sucesso rápido, que só não é absoluto por causa dos percalços econômicos dos agricultores, resultantes dos planos de estabilização econômica a partir de 1986.

O Itamaraty, por sua vez, finalmente se empenha com vigor na defesa da agropecuária: o chanceler Luís Felipe Lampreia, na reunião da OMC realizada em Cingapura em dezembro passado, manifestou a posição oficial de retomar com rapidez as discussões sobre a redução do protecionismo dos países desenvolvidos. E agora, pouco antes do início das discussões da Alca, em maio próximo em Belo Horizonte, reitera o Itamaraty, ao mesmo tempo em que defende algum protecionismo para a indústria, a necessidade de que os norte-americanos baixem a guarda no caso das tarifas ou quotas para importação de produtos agrícolas do Brasil.

Fase rósea para a agricultura?

Além de escaramuças na área externa, que sinalizam boas perspectivas, na área interna se anuncia nova supersafra de grãos, da ordem de 82 milhões de toneladas. Exageros à parte (afinal, ainda é muito cedo para avaliar a safrinha de milho, safra de inverno ou do Nordeste), fica evidenciado um crescimento da produção de grãos do Centro-Sul, resultante do aumento do uso de fertilizantes e das boas condições do clima. É bem verdade que o volume maior de safra não significa grande coisa para os produtores rurais, aos quais interessa mesmo é melhorar a renda. Mas até aí, fora os preços do milho, há boa chance. E por último, há a melhoria dos preços do café, do açúcar e do suco de laranja.

Todos esses dados fazem supor uma fase rósea para a agricultura e o agribusiness brasileiro. Infelizmente, isso ainda é apenas aparência. É evidente que muitos agricultores capitalizados ganharão dinheiro em 1997, assim como produtores de soja e cafeicultores que ainda têm café.

Mas não se pode generalizar. Há outros dados. Aliás, precisamos ter claro que nenhum país vai se dispor a ajudar o Brasil porque somos simpáticos: há uma dura guerra por mercados em todo o mundo, e se o Brasil não se ajudar a si próprio, não será fácil vencê-la. Não existem aliados gratuitos.

Em primeiro lugar, a questão dos investimentos estrangeiros no campo brasileiro tem ainda muito de boas intenções e pouca objetividade. Fatores ligados ao custo Brasil (sobretudo custos de logística, tributação e custos financeiros), à política cambial e às regras do comércio internacional (juros baixos e prazos longos favorecem o importador brasileiro em detrimento do produtor nacional) continuam inibindo a vinda de capitais para cá.

Em segundo lugar, embora seja visível a mudança de atitude do Itamaraty em relação ao campo, a verdade é que continuamos sendo discriminados no Mercosul com tarifa externa comum inadequada, sem harmonização de políticas setoriais ou macroeconômicas e sem estudos competentes de reconversão.

Em terceiro lugar, há o brutal endividamento de milhares de agricultores que ainda não foi resolvido. A securitização, mera oxigenação, começa a vencer em setembro e não há como saldar as dívidas. Algo precisa ser feito até julho para impedir nova onda de desespero.

Por último, a inquietação provocada por invasões de terras orquestradas pelo MST e outras entidades — e pior, o inacreditável suporte que a violência vem recebendo da sociedade (em nome da reforma agrária, esta é até admissível por questões sociais) — sem dúvida não é um atrativo para investir em produção rural no Brasil.

Some-se a tudo isso um conjunto de fatores laterais — legislação trabalhista, questões ambientais, desorganização privada — que também retiram a competitividade dos produtores rurais do Brasil, e será muito fácil compreender que, sob a superfície aparente de ventura descrita na primeira parte deste artigo, está uma dura realidade de perdas e de horizontes pouco animadores.

O Fórum Nacional da Agricultura está discutindo justamente esses temas e preparando um futuro de política econômica mais bem estruturada para a lavoura.

Mas nada funcionará se não ocorrerem rapidamente as reformas nas quais está empenhado o governo. Sem elas não se reduzirá o custo Brasil e tudo será inútil.

E, mais urgente ainda, é preciso resolver a crise da dívida, esta sim, sem precedentes, e sobre a qual os produtores não têm a menor responsabilidade. Nesse caso, dois pontos precisariam ser analisados: o recálculo das dívidas e a possibilidade de pagá-las com TDA, pelo valor de face. Talvez pudéssemos então equacionar melhor o presente, fruto de um passado cheio de manobras governamentais, na área financeira, que destruíram a renda do campo. E resolvido este presente, dá para ter confiança no futuro. Até porque o futuro não interessa aos mortos.

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo, presidente da Aliança Cooperativa Internacional para as Américas e professor de economia rural na Unesp, Jaboticabal, São Paulo.

AGROANALYSIS

PUBLICIDADE:

GERENTE COMERCIAL:
Carlos Henrique T. Miranda
E-mail: caique@fgvrj.br
Tel.: (021) 536-9269
Fax: (021) 536-9207

SÃO PAULO:
Mix Midia Comunicações Ltda.
Nilson Trivelli
Caixa Postal 21.109
CEP 04698-970
Tel. e fax: (011) 524-1174

BRASÍLIA:
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
Deusa Ribeiro
SHIN — QI 8, CJ 3, Casa 17 Lago Norte
CEP 71520-230
Tel.: (061) 577-3874
Fax: (061) 273-4780

RIO DE JANEIRO/DEMAIS ESTADOS
MCE Empresarial Ltda.
Igor Lima de Freitas
Av. Nilo Peçanha, 155 salas 417/418
CEP 25010-140
Tel.: (021) 240-8521
Tel. e fax: (021) 220-3823

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE